



Educação 2018

 PNAD  
contínua

 ISBN 978-05-240-4495-3  
© IBGE, 2019

Iniciada em 2012, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua<sup>1</sup> vem, desde então, levantando trimestralmente, por meio do questionário básico, informações sobre as características básicas de educação para as pessoas de 5 anos ou mais de idade. A partir de 2016, foi introduzido na pesquisa o módulo anual de educação, que durante o segundo trimestre<sup>2</sup> de cada ano civil, amplia a investigação dessa temática para todas as pessoas da amostra.

Tendo em vista retratar o panorama educacional da população do Brasil, são apresentados os resultados do questionário anual de educação com referência no segundo trimestre de 2018, assim como algumas comparações com os resultados do mesmo trimestre dos anos de 2016 e 2017.

## O sistema educacional brasileiro

Para entender o sistema educacional brasileiro, é necessário considerar as disposições mais recentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n. 9.394, de 20.12.1996), assim como outras leis, decretos, portarias e resoluções que compõem o conjunto normativo da educação no Brasil. Segundo a LDB, a educação escolar é composta pela educação básica e pela educação superior. A educação básica contempla a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio. Ela pode ser oferecida por meio do ensino regular, da educação especial<sup>3</sup> e da educação de jovens e adultos. A educação superior, por sua vez, oferece cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão, não sendo os dois últimos investigados na PNAD Contínua. Além da educação escolar, a LDB ainda define a educação profissional e tecnológica nas modalidades de qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

<sup>1</sup> Por decisão editorial, a partir de 2017 a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a PNAD Contínua encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=24772>.

<sup>2</sup> A fixação da coleta do questionário ampliado em um único trimestre busca garantir que o período de matrículas já tenha ocorrido, e que o período letivo não tenha terminado, evitando fases de transição entre um nível escolar e outro.

<sup>3</sup> Modalidade oferecida para educando com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação. Na PNAD Contínua, esta modalidade é captada juntamente à educação regular.

Cabe lembrar que, devido às reformas educacionais já ocorridas no Brasil, o atual ensino fundamental equivale ao antigo 1º grau e aos cursos primário e ginásial; o ensino médio equivale ao 2º grau e ao colegial, em seus cursos científico, clássico e normal; e a educação de jovens e adultos, por sua vez, corresponde ao supletivo.

### Taxa de analfabetismo

	2016	2017	2018
15 anos ou mais	7,2%	6,9%	6,8%
60 anos ou mais	20,4%	19,2%	18,6%

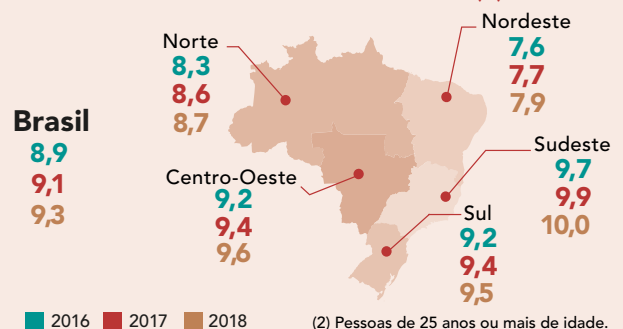


### Nível de instrução (1)

	2016	2017	2018
Sem instrução	7,8%	7,2%	6,9%
Concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório	45,0%	46,2%	47,4%

(1) Pessoas de 25 anos ou mais de idade.

### Número médio de anos de estudo (2)



## Analfabetismo

No Brasil, em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,8%. Em relação a 2017, houve uma queda de 0,1 p.p., o que corresponde a uma redução de 121 mil analfabetos entre os dois anos.

Grupos de idade (%)	15 anos ou mais			25 anos ou mais			40 anos ou mais			60 anos ou mais de idade					
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018			
Sexo (%)	15 anos ou mais	Homem	7,4	7,1	7,0	7,6	7,4	7,2	12,3	11,8	11,5	20,4	19,2	18,6	
		Mulher	7,0	6,8	6,6										
	60 anos ou mais de idade	Homem	19,7	18,3	18,0										
		Mulher	20,9	20,0	19,1										
Cor ou raça (%)	15 anos ou mais	Branca	4,1	4,0	3,9										
		Preta ou parda	9,8	9,3	9,1										
	60 anos ou mais de idade	Branca	11,6	10,8	10,3										
		Preta ou parda	30,7	28,8	27,5										

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.  
Nota: Variações significativas, ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

Nota-se que, no Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2018, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18,6% para esse grupo etário. Já em 2017, a taxa foi de 19,2%, com 5,8 milhões de analfabetos. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se a queda do analfabetismo para 11,5% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 7,2% entre aquelas com 25 anos ou mais e 6,8% entre a população de 15 anos ou mais. Esses resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo um maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças. Por outro lado, os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos e mudanças na taxa de analfabetismo para esse grupo se dão, em grande parte, devido às questões demográficas como, por exemplo, o envelhecimento da população.

A taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais, em 2018, foi de 6,6% enquanto que a dos homens foi de 7,0%. Em relação a 2017, essa taxa caiu 0,2 p.p. para as mulheres e 0,1 p.p. para os homens. Ao analisarmos a taxa de analfabetismo de 60 anos ou mais, nota-se que a taxa das mulheres supera a dos homens, sendo respectivamente de 19,1% e 18,0%. Para essa faixa etária mais velha, observa-se uma redução da taxa de analfabetismo desde 2016, sendo de 1,7 p.p. entre os homens e 1,8 p.p. entre as mulheres.

## Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)					
	15 anos ou mais de idade			60 anos ou mais de idade		
	2017	2018	Varição 2017/2018	2017	2018	Varição 2017/2018
Brasil	6,92	6,77	↓	19,21	18,59	↓
Norte	8,00	7,98	↓	27,39	27,02	↓
Nordeste	14,48	13,87	↓	38,65	36,87	↓
Sudeste	3,51	3,47	↓	10,57	10,33	↓
Sul	3,52	3,63	→	10,86	10,80	→
Centro-Oeste	5,23	5,40	→	18,96	18,27	↓

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Na análise por cor ou raça, chama-se atenção para a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2018, 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 9,1% entre pessoas de cor preta ou parda (diferença de 5,2 p.p.). No grupo etário mais velho, 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcança 10,3% e, entre as pessoas pretas ou pardas, amplia para 27,5%. A magnitude dessa diferença, no entanto, mais que triplica: 17,2 p.p.. Apesar de mais alta, a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 60 anos ou mais de cor preta ou parda foi a que teve maior redução entre 2016 e 2018 (3,2 p.p.).

Entre as Grandes Regiões brasileiras, verifica-se que a taxa de analfabetismo reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas<sup>4</sup> – 8,0% e 13,9%, respectivamente para 2018 entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade. A proporção de analfabetos neste grupo de idade teve queda, em relação a 2017, para a Região Norte, Nordeste e Sudeste. Nas demais regiões, essa taxa se manteve estável.

Em termos da taxa de analfabetismo entre as pessoas de 60 anos ou mais, nota-se que, com exceção do Sul, houve uma redução entre 2017 e 2018, sendo mais intensa para o Nordeste (1,7 p. p.). Apesar da redução, 36,9% da população de 60 anos ou mais, residente no Nordeste e 27,0% dos residentes no Norte, não sabiam ler ou escrever um bilhete simples. Esses resultados se destacam ainda mais quando comparados às taxas do Centro-Sul do País, 18,3% no Centro-Oeste, 10,8% no Sul e 10,3% no Sudeste.

Com o objetivo de estabelecer metas, estratégias e diretrizes para a política educacional brasileira e promover avanços educacionais no País, o Plano Nacional de Educação - PNE, instituído

<sup>4</sup> É válido destacar que a taxa de analfabetismo está sendo apresentada com duas casas decimais, visto que, em alguns casos, a diferença se apresenta na segunda casa decimal e é estatisticamente significativa.

pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, determinou na Meta 9, a redução da taxa de analfabetismo para 6,5%, em 2015, e a erradicação do analfabetismo ao final da vigência do Plano, em 2024. Em 2018, as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste haviam cumprido a meta intermediária. Já as Regiões Norte e Nordeste se deparavam com outro panorama: taxas ainda acima da meta intermediária de 2015.

## Nível de instrução e anos de estudo

### Nível de instrução

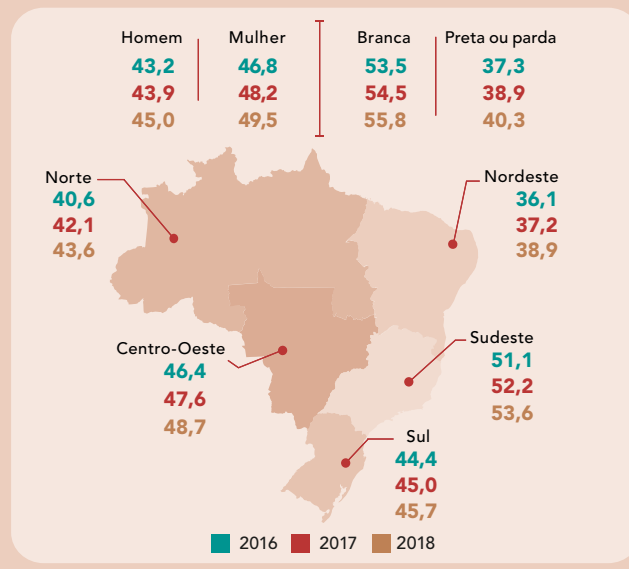
O nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados. Como as trajetórias educacionais das pessoas variam ao longo da vida, esse indicador é melhor avaliado entre aquelas pessoas que já poderiam ter concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos.

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, manteve uma trajetória de crescimento e alcançou 47,4%, em 2018. Em especial, chama-se atenção para o percentual de pessoas com o ensino superior completo que passou de 15,7% em 2017 para 16,5% em 2018.

Entre aqueles que não completaram a educação básica, 6,9% eram sem instrução, 33,1% tinham o ensino fundamental incompleto, 8,1% tinham o ensino fundamental completo e 4,5%, o ensino médio incompleto. Apesar dos avanços, mais da metade da população de 25 anos ou mais de idade, no Brasil, não havia completado a educação escolar básica e obrigatória em 2018.

Entre as mulheres, 49,5% tinham alcançado, ao menos, o ensino médio completo e entre os homens, 45,0%, proporções que aumentaram, respectivamente, 1,3 p.p. e 1,1 p.p. entre 2017 e 2018. Com relação à cor ou raça, 55,8% das pessoas de cor branca haviam completado, no mínimo, o ciclo básico educacional, já entre as pessoas de cor preta ou parda esse percentual foi de 40,3%, uma diferença de 15,5 p.p.. De 2017 para 2018, essa diferença reduziu – era de 18,9 p.p. em 2017 – porém se manteve em um patamar elevado, indicando que as oportunidades educacionais eram distintas entre esses grupos.

### Pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)



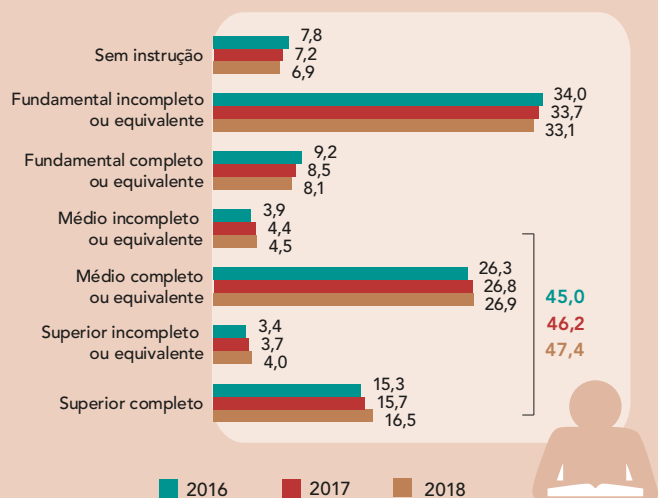
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Nota: Variações significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

Nas Grandes Regiões, também foi observado o aumento da proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram, ao menos, a educação básica obrigatória. A Região Sudeste apresentou a maior proporção, 53,6% e a Região Nordeste, o maior crescimento em termos percentuais (1,7 p.p.), tendo, em 2018, 38,9% das pessoas nessa situação. No entanto, mesmo tendo crescido mais, 61,1% dos residentes do Nordeste, com 25 anos ou mais de idade, não concluíram o ciclo mínimo educacional.

As desigualdades educacionais também apareceram dentro de cada região, especialmente na análise por cor ou raça. O Nordeste que, no total, apresentou a menor proporção de pessoas nessa situação (38,9%), teve um padrão similar à Região Sul quando comparamos pessoas brancas (48,6% no Nordeste e 48,9% no Sul) com pessoas pretas ou pardas (35,7% no Nordeste e 34,3% no Sul). O que diferenciava as duas regiões era, no entanto, a composição da população segundo esses grupos: quase ¼ da população no Nordeste era branca e quase ¼ da população do Sul era preta ou parda.

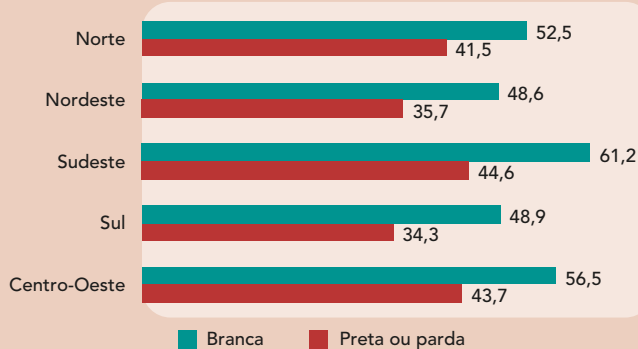
### Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Nota: Variações significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

**Pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões (%)**



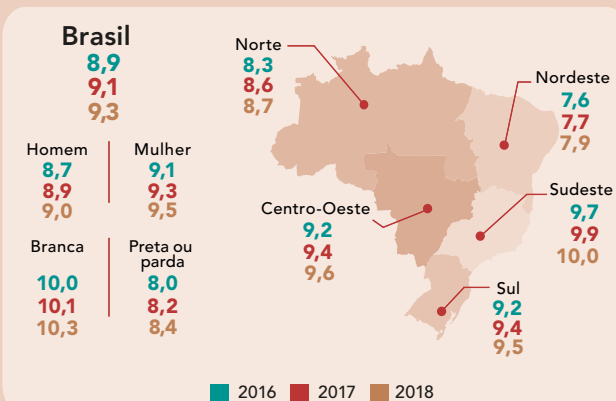
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

**Número médio de anos de estudo**

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2018, foi 9,3 anos. Desde 2016, essa média tem crescido anualmente 0,2 ano. Entre as mulheres, o número médio de anos de estudo foi de 9,5 anos, enquanto para os homens, 9 anos. Com relação à cor ou raça, mais uma vez, a diferença foi considerável, registrando-se 10,3 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8,4 anos para as de cor preta ou parda, ou seja, uma diferença de quase 2 anos entre esses grupos, o que se mantém desde 2016.

Em termos regionais, Sudeste, Centro-Oeste e Sul mantiveram-se com uma média de anos de estudo acima da nacional, respectivamente de 10, 9,6 e 9,6 anos, enquanto as Regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo da média nacional, com 8,7 anos e 7,9 anos, respectivamente. Todas as regiões tiveram um aumento entre 2017 e 2018, que variou entre 0,1 e 0,2 ano de estudo.

**Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (anos)**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Nota: Variações significativas, ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

**Frequência à escola ou creche**

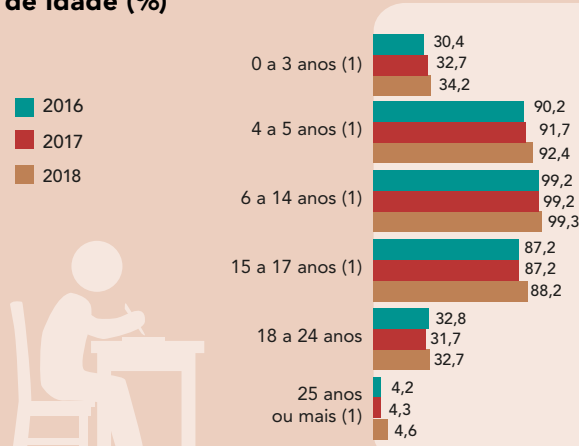
Para auxiliar o monitoramento do acesso, do atraso e da evasão do sistema de ensino brasileiro, utilizamos dois indicadores como referência: a taxa de escolarização e a taxa ajustada de frequência escolar líquida. O primeiro indicador retrata a proporção de estudantes de determinada faixa etária em relação ao total de pessoas dessa mesma faixa etária. O segundo indicador representa a razão entre o número de estudantes com idade prevista para estar cursando uma determinada etapa de ensino (incluindo também as pessoas nessa faixa que já concluíram pelo menos essa etapa) e a população total na mesma faixa etária.

**Panorama geral**

No Brasil, em 2018, 56,4 milhões de pessoas frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização foi 34,2%, o equivalente a 3,5 milhões de estudantes. Comparado ao ano de 2017, a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos aumentou 1,5 p.p. (158 mil crianças), mas se comparado a 2016, esta taxa cresceu 3,8 p.p.. Entre as crianças de 4 e 5 anos, faixa correspondente à pré-escola, a taxa foi 92,4% em 2018, frente aos 91,7% em 2017, totalizando quase 5 milhões de crianças. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, com 99,3% das pessoas na escola em 2018.

A taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2018, foi de 88,2%, 1 p.p. acima de 2016 e 2017, quando essa taxa se manteve estável em 87,2%. Esse valor ainda era inferior à universalização do acesso a escola para esta faixa etária, conforme indicado na LDB. Entre as pessoas de 18 a 24 anos e aquelas com 25 anos ou mais, 32,7% e 4,6% estavam frequentando escola. Frente aos resultados de 2017, a escolarização aumentou no Brasil, exceto para faixa de idade de 18 a 24 anos que ficou estável.

**Taxa de escolarização, segundo os grupos de idade (%)**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

(1) Variações significativas ao nível de confiança de 95%.

A rede pública de ensino foi responsável por 74,3% dos alunos na creche e pré-escola, proporção estatisticamente semelhante a 2017. No ensino fundamental, 82,3% dos estudantes também frequentavam a rede pública, percentual 1,4 p.p. menor que em 2017. Já no ensino médio regular, tal rede concentrou 87,0% dos alunos e se manteve estável em relação a 2017.

A rede privada continuou predominante nos cursos do ensino superior, especialização, mestrado e doutorado. Em 2018, 74,2% dos estudantes de graduação frequentavam uma instituição de ensino privada, proporção que se mantém desde 2016. Nos cursos de pós-graduação, a rede privada foi responsável por 71,0% dos alunos, proporção 0,9 p.p. inferior a de 2017.

### Estudantes na rede pública de ensino, segundo o curso frequentado (%)

Curso frequentado	2016	2017	2018
Creche e pré-escola	73,0	73,9	74,3
Ensino fundamental regular (1)	83,4	83,7	82,3
Ensino médio regular (1)	85,8	87,0	87,0
Superior - Graduação	25,7	25,8	25,8
Especialização, mestrado e doutorado (1)	32,9	28,1	29,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

(1) Variações significativas ao nível de confiança de 95%.

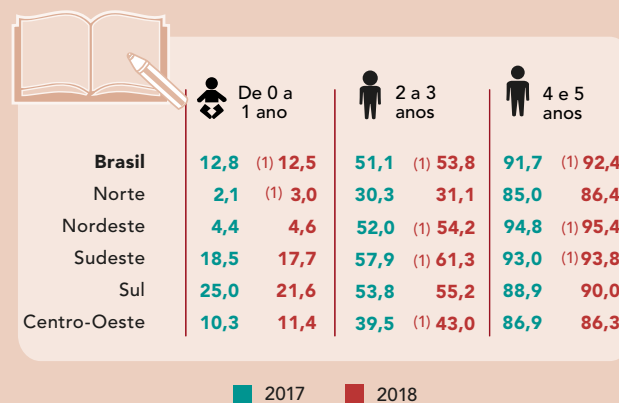
### Pessoas de 0 a 5 anos de idade

A educação infantil engloba as crianças de 0 a 5 anos, abrangendo a creche (de 0 a 3 anos) e a pré-escola (4 e 5 anos). Em 2013, a educação básica tornou-se obrigatória aos 4 anos de idade e, assim, passou-se a buscar a universalização do ensino a partir dessa idade, além da ampliação do acesso a creche para a faixa etária de 0 a 3 anos.

Nota-se que a frequência à escola ou creche varia entre as Grandes Regiões e entre as faixas de idade que contemplam a educação infantil. Entre as crianças até 1 ano de idade, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores percentuais em 2018: 3,0% e 4,6%, respectivamente. Por outro lado, no Sul, 21,6% das crianças nessa idade estavam na escola, no Sudeste, 17,7% e no Centro-Oeste, 11,4%. Se comparado a 2017, houve um ligeiro aumento da escolarização das crianças até 1 ano no Norte (0,9 p.p.), enquanto, nas demais regiões, as variações não foram estatisticamente significativas.

Entre as crianças de 2 e 3 anos, há um salto na escolarização, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Nessas regiões, o percentual de crianças na escola foi mais de 10 vezes maior que na faixa até 1 ano, sendo de 31,1% no Norte e 54,2% no Nordeste. Na Região Sul, a taxa mais que duplica e alcança 55,2%. Já no Sudeste e Centro-Oeste, quase quadruplica, respectivamente de 61,3% e 43,0%. Além disso, a escolarização das crianças de 2 e 3 anos aumentou entre 2017 e 2018 no Nordeste (2,2 p.p.), Sudeste (3,4 p.p.) e Centro-Oeste (3,5 p.p.).

### Taxa de escolarização das pessoas de 0 a 5 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017/2018.

(1) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

A faixa etária mais velha da educação infantil, de 4 a 5 anos, registrou um percentual bastante elevado de escolarização, porém sem alcançar a universalização. Neste grupo, o Nordeste se destaca por ter o maior percentual de crianças na escola desde 2016, alcançando 95,4% em 2018. Sudeste e Sul superaram os 90%, enquanto o Norte e o Centro-Oeste exibiram os menores percentuais: 86,4% e 86,3%, respectivamente.

Em termos do PNE, a Meta 1 estabeleceu que, no mínimo, 50,0% das crianças de 0 a 3 anos frequentem creche até o final da vigência do Plano e que a educação infantil na pré-escola seja universalizada até o ano de 2016. Em 2018, no entanto, nenhuma Grande Região havia cumprido a universalização da pré-escola. Já a taxa de escolarização de 0 a 3 anos foi de 17,7% no Norte, 30,6% no Nordeste, 40,8% no Sudeste, 38,8% no Sul e 28,5% no Centro-Oeste.

### Pessoas de 6 a 14 anos de idade

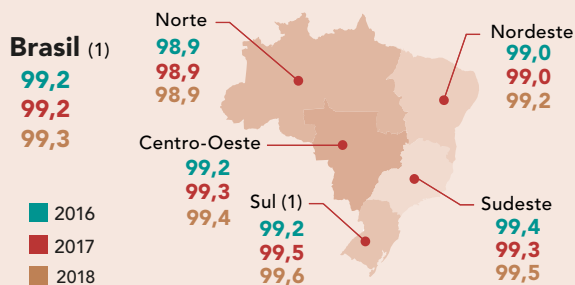
A taxa de escolarização para as pessoas de 6 a 14 anos de idade, em 2018, foi de 99,3%, o equivalente a um contingente de 25,8 milhões de estudantes no sistema de ensino brasileiro. Essa taxa subiu 0,1 p.p. em relação a 2017 e seu patamar elevado vem se mantendo desde 2016, ficando muito próximo à universalização estabelecida pela Meta 2 do PNE.

Em todas as Grandes Regiões, essa taxa foi alta. O Sudeste se destacou por ter 99,5% das crianças de 6 a 14 anos na escola e mesmo o Norte, com a menor proporção, chegou a 98,9%. Se comparado a 2017, apenas a Região Sul aumentou a taxa de escolarização desse grupo etário. Nas demais regiões houve estabilidade.

Apesar da elevada taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos, chamam atenção os resultados que indicam a adequação entre a idade e a etapa do ensino fundamental frequentado.

Para esse monitoramento, utiliza-se a taxa ajustada de frequência escolar líquida que, para o ensino fundamental, pode ser dividida entre a etapa dos anos iniciais (até o 5º ano) e dos anos finais (do 6º ao 9º ano).

### Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.

(1) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

Em 2018, 96,1% das pessoas de 6 a 10 anos estavam frequentando o ensino fundamental na etapa idealmente estabelecida, isto é, os anos iniciais do ensino fundamental, e, frente a 2017, houve um aumento de 0,6 p.p.. Entre os homens, 95,9% estavam na idade/série adequada, mas entre as mulheres essa proporção foi maior, 96,4%. Para ambos os sexos, houve um avanço frente a 2017. Em relação à cor ou raça, 96,5% das pessoas brancas de 6 a 10 anos estavam na etapa escolar adequada, 0,7 p.p. a mais do que em 2017. Já entre as pessoas pretas ou pardas, essa taxa foi de 95,8% e o aumento de 0,5 p.p. em relação a 2017.

Entre as Grandes Regiões, o panorama foi similar ao nacional: uma taxa ajustada de frequência escolar líquida elevada. O indicador também melhorou de 2017 para 2018, para as Regiões Norte, Sudeste e Sul. Nas demais regiões, as variações não foram estatisticamente significativas. O destaque ficou para o Sudeste, com quase 97% das crianças na idade/etapa adequada e com um aumento de 1,2 p.p. frente a 2017.

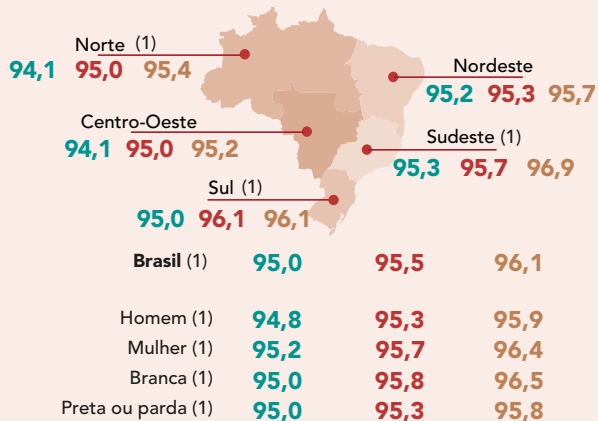
Na etapa final, idealmente estabelecida para o grupo de 11 a 14 anos de idade, a taxa ajustada de frequência escolar líquida no Brasil foi 86,7%, 0,8 p.p. maior que a de 2017. Em termos regionais, nota-se que o Centro-Sul do País registrou taxas acima de 89%, já o Nordeste e Norte ficaram abaixo da média nacional, respectivamente, 83,4% e 79,6%. Com exceção do Sul e do Centro-Oeste, cujo indicador ficou estável entre 2017 e 2018, as demais regiões obtiveram melhora no casamento entre idade e etapa de ensino adequada, com destaque para o aumento de 1,4 p.p. no Nordeste.

Entre os homens de 11 a 14 anos, 84,7% estavam frequentando, pelo menos, os anos finais do ensino fundamental, já entre as mulheres, essa proporção foi de 88,7%, um avanço de 1,1 p.p e 0,4 p.p em relação a 2017. Entre as pessoas de cor branca, 90,4% estavam na idade série adequada e entre as de cor preta ou parda essa taxa foi 84,5%, um aumento de 0,9 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente.

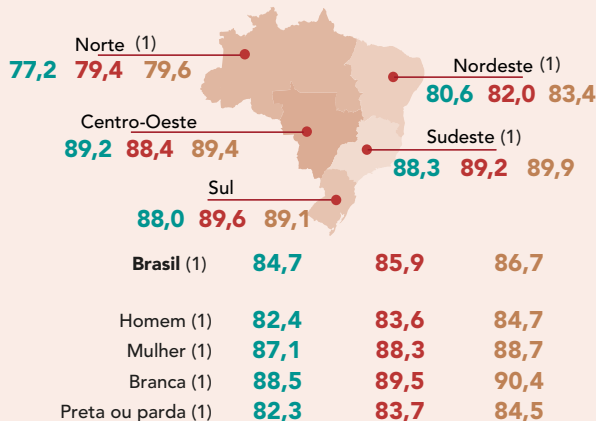
De forma geral, percebe-se que as crianças de 6 a 10 anos se mantêm adequadamente na idade/etapa correta nos anos iniciais do ensino fundamental, porém ao passar para os anos finais, começa a acentuar o atraso. Em 2018, 13,3% das pessoas de 11 a 14 anos idade já estavam atrasadas em relação à etapa de ensino que deveriam estar cursando ou não estavam na escola. Esse percentual ainda é maior para os homens, 15,5%, e se diferencia muito entre as Grandes Regiões – no Norte 20,4% e no Sudeste 10,1%.

### Taxas ajustadas de frequência escolar líquida aos anos iniciais e finais do ensino fundamental, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

#### 6 a 10 anos nos anos iniciais do ensino fundamental



#### 11 a 14 anos nos anos finais do ensino fundamental



■ 2016 ■ 2017 ■ 2018

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

(1) Variações significativas ao nível de confiança de 95%.

Logo, nota-se que o atraso escolar e, em menor importância a evasão, já estavam presentes nos anos finais do ensino fundamental. Isso significa que um grupo de crianças chega atrasado ao ensino médio, ou mesmo deixam de estudar nesta etapa inicial. Em muitos casos, essa situação pode vir a se intensificar na etapa escolar seguinte.

## Pessoas de 15 a 17 anos de idade

Após dois anos de estabilidade, a taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos subiu em 2018 para 88,2%. Em termos regionais, houve melhora no indicador da Região Sul – de 85,8% em 2017 para 88,2% em 2018. Nas demais regiões, o indicador se manteve estatisticamente estável.

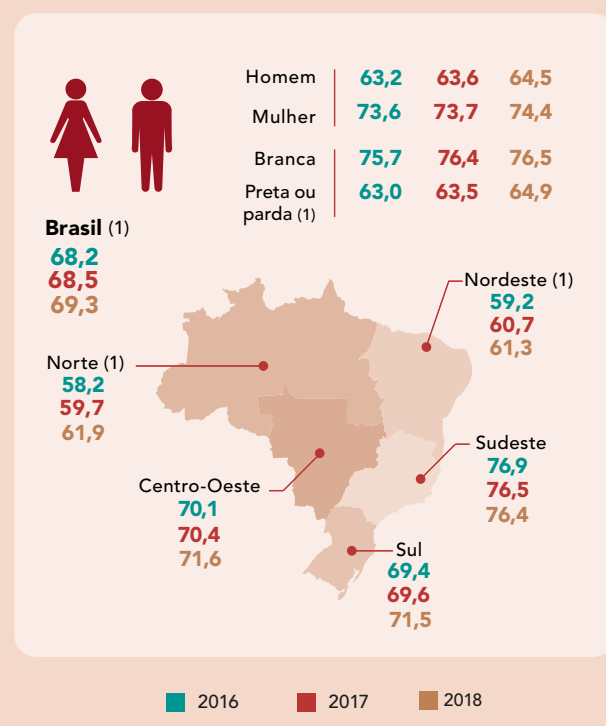
Pelo PNE, a Meta 3 define a universalização, até 2016, do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos. Em 2018, todavia, essa parte da meta não havia sido alcançada em nenhuma Grande Região brasileira. A Meta 3 também estabelece que a taxa de frequência escolar líquida ao ensino médio seja elevada para 85,0% até o final da vigência do Plano em 2024. Em 2018, 69,3% dos jovens de 15 a 17 anos estavam frequentando o ensino médio ou haviam concluído esse nível, 0,8 p.p. a mais que em 2017, mas uma diferença de 15,7 p.p. em relação à meta final.

As Regiões Norte e Nordeste, mesmo registrando uma melhora no indicador entre 2017 e 2018, ainda tiveram as menores taxas, respectivamente de 61,9% e 61,3%. As demais regiões superaram os 70%, mas as variações deste indicador não foram estatisticamente significativas entre 2017 e 2018. Vale ressaltar que o Sudeste, vem mantendo, desde 2016, a maior proporção de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio ou com esse nível completo, 76,4% em 2018. No entanto, esses resultados indicam que as regiões terão que enfrentar desafios para alcançar essa meta, inclusive considerar que parte do atraso escolar vem do ensino fundamental.

Entre as mulheres de 15 a 17 anos, 74,4% estavam frequentando o ensino médio, porém, entre os homens desta idade, a taxa

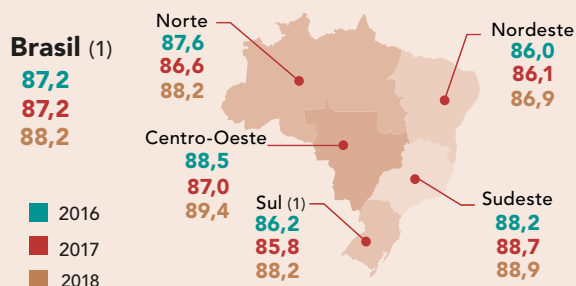
foi de 64,5%, uma diferença de 10 p.p. entre mulheres e homens. Em relação à cor ou raça, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 76,5% para as pessoas brancas de 15 a 17 anos, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 64,9%. Apesar de mais baixo, o indicador para pessoas pretas ou pardas foi o único que cresceu de 2017 para 2018, uma variação de 1,4 p.p..

### Taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.  
(1) Variações significativas ao nível de confiança de 95%.

### Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.  
(1) Variações significativas ao nível de confiança de 95%.

## Pessoas de 18 a 24 anos de idade

As pessoas de 18 a 24 anos de idade são aquelas que idealmente estariam frequentando o ensino superior, caso completassem a educação escolar básica na idade adequada. No entanto, como visto anteriormente, o atraso e a evasão escolar estão presentes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Conseqüentemente, muitos jovens entre 18 e 24 anos já não frequentavam mais a escola e alguns ainda estavam frequentando as etapas da educação básica obrigatória.

Em 2018, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independentemente do curso frequentado, foi de 32,7%, percentual estatisticamente estável frente a 2017. Por sua vez, somente 25,2% desses jovens frequentavam cursos da educação superior ou haviam completado esse nível. Entre os estudantes 18 a 24 anos, 11,0% estavam atrasados, frequentando algum dos cursos da educação básica.

## Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por indicadores de educação, segundo as Grandes Regiões, o sexo e a cor ou raça (%)

Grandes Regiões, sexo, cor ou raça	Indicadores de educação (%)			
	Taxa de escolarização	Taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino superior	Atraso escolar dos estudantes	Não frequência à escola
<b>Brasil</b>	<b>32,7</b>	<b>25,2</b>	<b>11,0</b>	<b>67,3</b>
Norte	34,5	20,1	16,8	65,5
Nordeste	31,5	19,2	14,2	68,5
Sudeste	31,5	27,5	8,3	68,5
Sul	35,7	31,1	9,2	64,3
Centro-Oeste	35,8	31,5	9,0	64,2
<b>Sexo</b>				
Homem	31,3	21,2	12,5	68,7
Mulher	34,2	29,3	9,5	65,8
<b>Cor ou raça</b>				
Branca	38,8	36,1	8,2	61,2
Preta ou parda	28,9	18,3	12,8	71,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Mesmo com um cenário de estabilidade da taxa de escolaridade de 18 a 24 anos em 2018 – tanto para homens, mulheres, pessoas brancas e pretas ou pardas, quanto para as Grandes Regiões, exceto Sul (com aumento de 1,7 p.p. em relação a 2017) – chama atenção como a relação entre a adequação à idade/etapa era maior entre as mulheres, pessoas brancas e no Centro-Sul do País. Em 2018, 29,3% das mulheres estavam no ensino superior ou haviam concluído esse nível e 9,5% das estudantes dessa faixa etária frequentavam cursos da educação básica, caracterizando o atraso escolar. Do mesmo modo, a frequência escolar líquida das pessoas brancas foi de 36,1% e o atraso dos estudantes brancos foi de 8,2%. Entre os homens e entre as pessoas de cor preta ou parda, a proporção de estudantes atrasados aumentou, respectivamente, para 12,5% e 12,8%. Entre as Grandes Regiões, verificou-se que o atraso escolar foi maior no Norte (16,8%) e no Nordeste (14,2%), do que nas demais regiões.

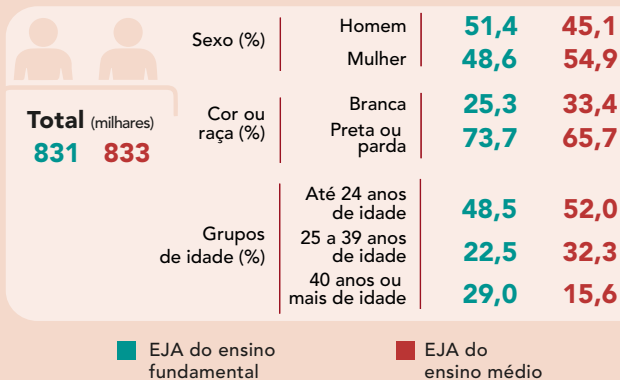
Em termos de PNE, a Meta 12 estabelece que a taxa de frequência escolar líquida ao ensino superior para população de 18 a 24 anos seja elevada para 33%, ao final da vigência do Plano. Em 2018, houve melhora deste indicador, mas as heterogeneidades entre grupos de pessoas e entre as regiões se manteve. Por exemplo, a meta já foi alcançada entre as pessoas de cor branca, mas apenas 18,3% das pessoas pretas ou pardas nesta faixa etária frequentavam a educação superior ou haviam concluído esse nível. Nesse sentido, para essa parte da meta ser totalmente alcançada, são necessárias políticas que incentivem a educação, seja reduzindo o atraso e a evasão do ensino médio para que mais pessoas se tornem aptas a ingressar no ensino superior, seja melhorando o acesso e o número de vagas no ensino superior.

## Educação básica para jovens e adultos

A LDB garante o direito à educação de jovens e adultos (EJA), que é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental ou médio na idade adequada. Esses cursos têm especificidades próprias e podem ser realizados na etapa do ensino fundamental pelas pessoas com 15 anos ou mais e na etapa do ensino médio por aquelas com 18 anos ou mais. Em 2018, 831 mil pessoas frequentavam o EJA do ensino fundamental e 833 mil pessoas, o EJA do ensino médio.

Dos estudantes do EJA do ensino fundamental, 51,4% eram homens e 73,7%, pessoas de cor preta ou parda. Já no EJA do ensino médio, a maioria era de mulheres (54,9%), mas o percentual de pessoas pretas ou pardas continuou alto, (65,7%). Em termos de idade, 48,5% dos estudantes do do EJA do ensino fundamental tinham até 24 anos e 29,0% tinham 40 anos ou mais. No EJA do ensino médio, o grupo mais novo concentrou 52,0% e o de 25 a 39 anos, 32,3%.

### Estudantes da educação de jovens e adultos, por etapa de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

## Frequência à educação profissional

### Graduação tecnológica

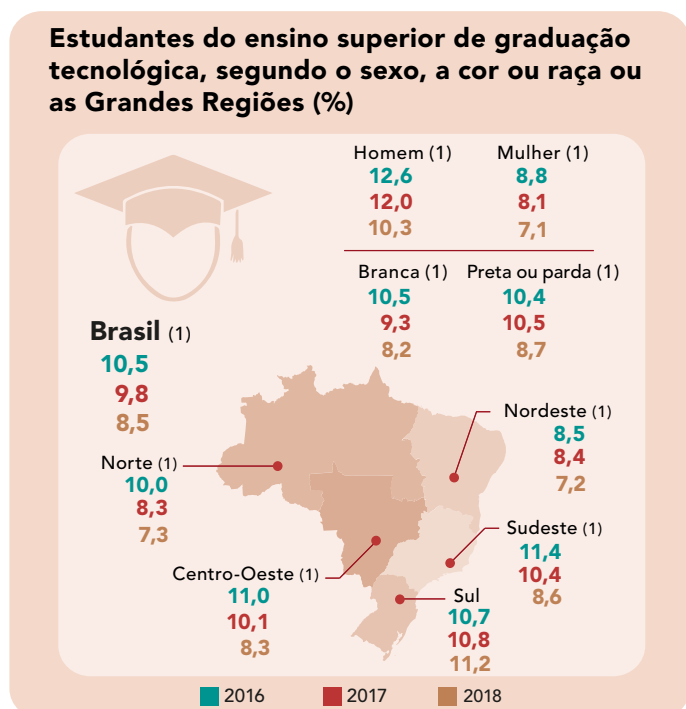
A graduação tecnológica é a modalidade de educação profissional do ensino superior de graduação brasileiro. Possui os mesmos pré-requisitos de ingresso que os demais cursos do ensino superior (bacharelado e licenciatura), porém tem enfoque específico em uma área profissional, duração menor (de 2 a 3 anos), e sua conclusão confere o diploma de tecnólogo.

Em 2018, dos 8,5 milhões de estudantes do ensino superior de graduação no Brasil, 724 mil frequentavam cursos tecnológicos, o que corresponde a 8,5% do total de estudantes do ensino superior. Em relação a 2017, houve dois movimentos: aumento do número de pessoas no ensino superior e uma redução no número de estudantes em cursos da graduação tecnológica, consequentemente a predominância de estudantes em cursos de bacharelado e licenciatura foi maior em 2018.



Esses movimentos ocorreram nas Grandes Regiões brasileiras, com exceção da Sul e da Nordeste. Nestas, o número de estudantes do ensino superior cresceu, mas o percentual na graduação tecnológica se manteve estatisticamente igual ao de 2017, enquanto nas demais regiões, esse percentual diminuiu.

Os cursos de graduação tecnológica, mesmo tendo redução em relação a 2017, continuaram mais frequentes entre os homens (10,3%) do que entre as mulheres (7,1%), assim como entre as pessoas de cor preta ou parda (8,7%), em relação às pessoas de cor branca (8,2%).



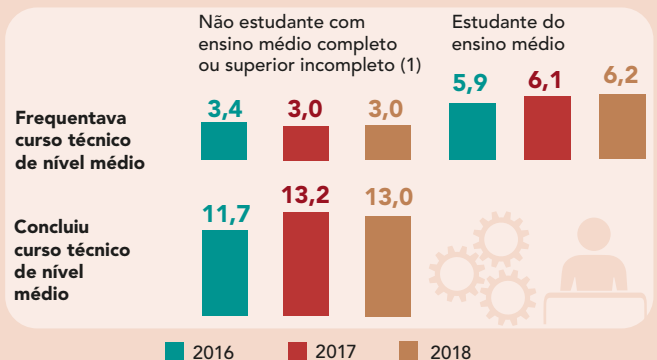
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.  
(1) Variações significativas ao nível de confiança de 95%.

## Técnico de nível médio

A modalidade de educação profissional destinada aos estudantes de ensino médio ou às pessoas que já a concluíram se denomina técnico de nível médio. Ela possui legislação própria, assim como diretrizes curriculares específicas, e pode ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio (integrada ao curso ou concomitante a este) ou subsequente à conclusão deste curso. No caso dos cursos articulados, o diploma de técnico em uma determinada área só é recebido quando a pessoa completa o ensino médio.

Em 2018, no Brasil, dos 9,3 milhões de estudantes do ensino médio (regular ou EJA), 6,2% frequentavam curso técnico de nível médio, o equivalente a 580 mil pessoas. Já entre as 47,6 milhões de pessoas que não estudavam e que haviam concluído o ensino médio ou ingressado no superior sem o concluir, 3,0% frequentavam curso técnico e 16,0% tinham o diploma de técnico. Para ambos os grupos o padrão foi similar ao de 2017.

### Pessoas que frequentavam ou concluíram curso técnico de nível médio, segundo a condição de estudante (%)

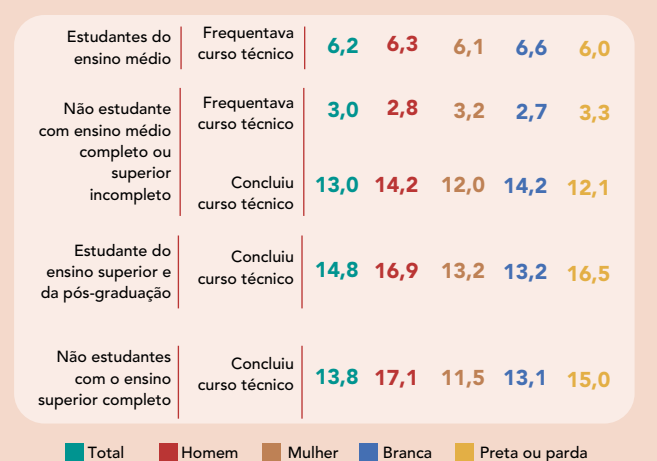


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.  
(1) Variações significativas ao nível de confiança de 95%.

Analisando os resultados de 2018 por sexo e cor ou raça, nota-se que a realização de curso técnico pelos estudantes de ensino médio foi ligeiramente maior entre os homens (6,3%) do que entre as mulheres (6,1%). No entanto, entre os estudantes de cor branca, 6,6% frequentavam essa modalidade de educação profissional, percentual 0,6 p.p. maior do que entre os estudantes de cor preta ou parda.

As pessoas que não estudavam e tinham o ensino médio completo ou o superior incompleto são aquelas com os requisitos educacionais mínimos para frequentar ou já ter concluído um curso técnico de nível médio. Neste grupo, o percentual de mulheres (3,2%) e de pessoas de cor preta ou parda (3,3%) que frequentavam os cursos técnicos superou o de homens (2,8%) e de pessoas de cor branca (2,7%). Por outro lado, o percentual de pessoas com diploma de técnico se mostrou maior entre as pessoas de cor branca e entre os homens (ambos com 14,2%), do que entre as pessoas pretas ou pardas (12,1%) e entre as mulheres (12,0%).

### Pessoas que frequentavam ou concluíram curso técnico de nível médio, por sexo e cor ou raça, segundo a condição de estudante (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Cabe ainda avaliar o percentual de pessoas com o nível técnico completo entre aquelas que eram estudantes de graduação e pós-graduação, assim como entre aquelas com ensino superior completo. Para esses dois grupos de pessoas o percentual de homens com diploma de técnico foi maior do que entre as mulheres. Todavia, o percentual de pessoas pretas ou pardas superou o de pessoas de cor branca, principalmente no grupo de estudantes da educação superior.

## Qualificação profissional

A modalidade mais acessível da educação profissional, a qualificação profissional, é composta por diversos cursos que visam qualificar o indivíduo para o trabalho em uma determinada ocupação sem, todavia, aumentar o seu nível de escolaridade. Esses cursos podem ser ministrados em escolas, empresas ou em outras instituições, têm duração variável e conferem certificado de participação. Não há uma legislação específica que defina diretrizes e normas de tais cursos, no entanto, como parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, o Ministério da Educação organizou uma lista de Cursos de Formação Inicial e Continuada (Cursos FIC), estabelecendo a carga horária e a escolaridade mínima exigida, para direcionar a oferta dessa qualificação profissional na esfera pública e do Sistema Nacional de Aprendizagem (Sistema S), com financiamento do PRONATEC.

Apesar de tais iniciativas, existe uma dificuldade prática em coletar informações sobre essa modalidade de educação profissional devido à falta de uma definição legal para a qualificação profissional. Assim, utiliza-se um conceito amplo, que considera como qualificação os cursos de formação profissional para uma determinada ocupação, independentemente de serem Cursos FIC ou não.

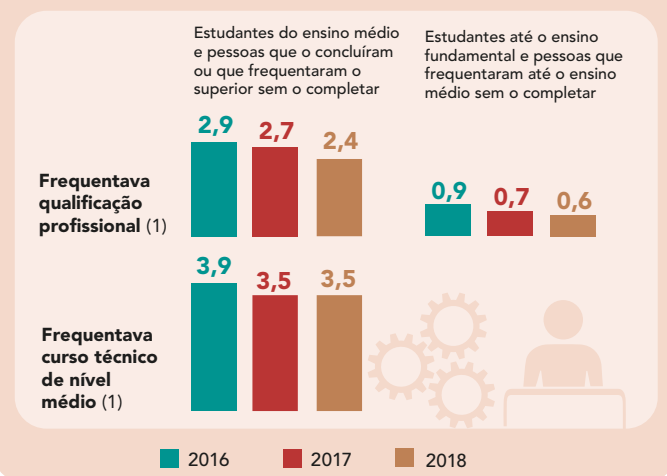
Em 2018, das 81,3 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estudavam até o ensino fundamental e aquelas que anteriormente frequentaram no máximo o ensino médio sem o completar, 0,6% estava frequentando curso de qualificação profissional, o que equivalia a 468 mil pessoas. De 2016 para 2018, esse percentual veio caindo e tal movimento chama atenção, principalmente, por conta do grande número de pessoas que poderiam ter acesso a esta modalidade mais básica de educação profissional.

Entre as 57 milhões de pessoas que frequentavam o ensino médio ou que haviam concluído esse nível sem ter alcançado o ensino superior completo, isto é, tinham os requisitos mínimos para também cursar a educação profissional de nível médio, 2,4% frequentavam curso de qualificação profissional e 3,5%, curso técnico de nível médio, totalizando 3,6 milhões de pessoas em alguma das duas modalidades de educação profissional. Se comparado a 2017, o percentual desse grupo frequentando curso qualificação profissional reduziu 0,3 p.p..

A partir dos dados de 2018, podemos fazer uma análise mais completa sobre as pessoas de 14 anos ou que já frequentaram cursos de qualificação profissional segundo o nível de instrução e a instituição de realização desses cursos. Entre as pessoas sem instrução ou com até o ensino fundamental completo 6,4% haviam

frequentado cursos de qualificação profissional. Entre as pessoas com o ensino médio incompleto até o superior incompleto, cerca de 17,9% já haviam feito tal modalidade de educação profissional e entre aqueles com o ensino superior completo, o percentual foi de 21,6%. Nota-se, dessa forma, que há uma relação positiva entre o nível de instrução e a qualificação profissional.

### Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentavam curso de educação profissional, por tipo de curso (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

(1) Variações significativas ao nível de confiança de 95%.

Em termos das instituições onde os cursos de qualificação profissional foram realizados, 14,0% das pessoas fizeram tais cursos no empreendimento em que trabalhavam, 14,8% em instituições públicas, 27,0% em instituição dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e 44,1% em outras instituições privadas.

## Pessoas de 15 a 29 anos

### Pessoas com no máximo o ensino superior incompleto que não frequentavam escola e cursos da educação profissional ou pré-vestibular

Em 2018, 24,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos não frequentavam escola ou algum curso da educação profissional ou o pré-vestibular e não haviam concluído a educação básica obrigatória ou, entre os que concluíram, não haviam alcançado o grau de superior completo. Destas pessoas, 53,0% eram homens e 65,2% de cor preta ou parda. Além disso, 55,9% tinham o ensino médio completo ou superior incompleto, 23,1% o ensino fundamental completo ou médio incompleto e 21,0% eram sem instrução ou com o fundamental completo. Desde 2016, o perfil desses jovens tem se mostrado similar.

### Pessoas de 15 a 29 anos de idade que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, nem haviam concluído o ensino superior

Total (milhares) (1)		24 639	24 989	24 331
Sexo (%)	Homem	52,3	52,5	53,0
	Mulher	47,7	47,5	47,0
Cor ou raça (%)	Branca (2)	36,5	35,3	33,9
	Preta ou parda (2)	62,9	64,1	65,2
Nível de instrução (%)	Sem instrução ou fundamental incompleto (2)	23,3	21,9	21,0
	Ensino fundamental completo ao médio incompleto	23,0	23,0	23,1
	Ensino médio completo ao superior incompleto	53,7	55,1	55,9

■ 2016    ■ 2017    ■ 2018

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

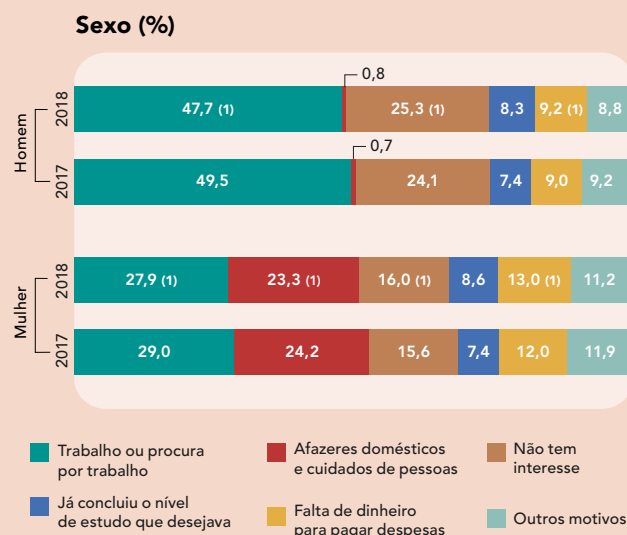
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.  
 (2) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

Cada grupo de jovens tem motivações diferentes para não seguir estudando ou ampliando a sua qualificação. Entre os homens, a principal motivação foi o trabalho ou a procura por trabalho (47,7%), já entre as mulheres, o trabalho foi importante (27,9%), mas a necessidade de realizar afazeres domésticos e cuidado de pessoas foi alegada como principal motivação por 23,3% delas. Apesar de alto, a motivação ligada ao mercado de trabalho caiu de 2017 para 2018 para ambos os sexos. Outra motivação que se destacou foi o não interesse em estudar ou se qualificar. Esta foi maior entre os homens, 25,3%, do que entre as mulheres, 16,0%, e aumentou nos dois grupos de 2017 para 2018. Já a falta de recursos para pagar as despesas ligadas a educação foi maior entre as mulheres (13,0%) do que entre os homens (9,2%) e também cresceu em 2018.

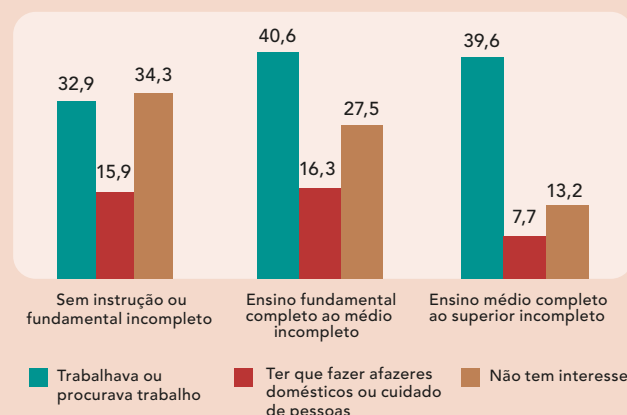
Segundo o nível de instrução, observa-se que o motivo de trabalho também foi o mais frequente, sendo indicado por 32,9% das pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 40,6% das que possuíam ensino fundamental completo ou médio incompleto; e 39,6% daquelas com ensino médio completo ou superior incompleto. Em relação a 2017, houve uma redução nestes percentuais.

Já a realização de afazeres domésticos ou de cuidados de pessoas, assim como a falta de interesse em estudar, foram mais frequentes entre as os grupos de instrução mais baixa: 15,9% e 34,3%, respectivamente, entre as pessoas sem instrução ou com até o fundamental completo e 16,3% e 27,5%, entre as pessoas com o ensino fundamental completo ao médio incompleto. Em relação a 2017, essa falta de interesse em prosseguir os estudos se destacou ainda mais por ter aumentado 2,1 p.p. no grupo intermediário e 0,7 p.p. no grupo de mais baixa escolaridade.

### Pessoas de 15 a 29 anos de idade que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, nem haviam concluído o ensino superior, por motivo de não frequência



### Nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.

(1) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

## Condição de estudo e a situação na ocupação

Após apresentar o panorama da frequência a educação básica, superior e profissional, além dos motivos das pessoas de 15 a 29 não estarem estudando ou se qualificando, é importante analisar a distribuição da população dessa faixa etária segundo a condição de estudo (estudando ou não estudando) e a situação na ocupação (ocupada ou não ocupada)<sup>5</sup>. Para a condição de estudo, considera-se um conceito amplo que inclui desde a frequência à escola, assim como a frequência a cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional.

<sup>5</sup> Pessoa desocupada ou fora da força de trabalho.

No Brasil, em 2018, havia 47,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade. Dentre essas pessoas, 13,5% estavam ocupadas e estudando, 23,0% não estavam ocupadas nem estudando; 28,6% não estavam ocupadas, porém estudavam; e 34,9% estavam ocupadas e não estudando. Em relação a 2017, verifica-se um cenário muito similar, com uma leve redução do grupo que somente estava ocupado.

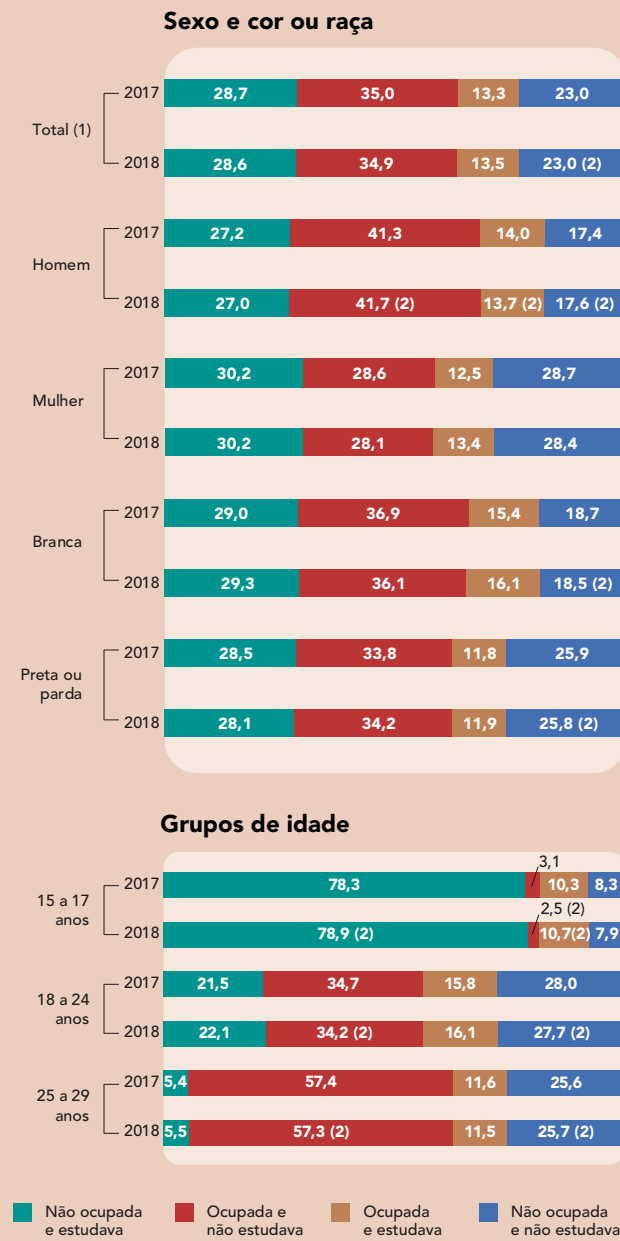
Na análise segundo o sexo e a cor ou raça, nota-se que, de maneira geral, a condição de estudo e a situação de ocupação entre esses jovens permaneceu similar entre 2017 e 2018. Entre as mulheres, 28,4% não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando, percentual estável frente a 2017. Entre os homens, 17,6% estavam nessa condição (0,2 p.p. a mais que em 2017). Por outro lado, 28,1% das mulheres e 41,7% dos homens apenas trabalhavam e 30,2% das mulheres e 27,0% dos homens apenas estudavam ou se qualificavam.

Entre as pessoas brancas, 16,1% trabalhavam e estudavam ou se qualificavam, percentual estatisticamente igual ao de 2017, porém maior que entre as pessoas de cor preta ou parda, 11,9%. O percentual de pessoas brancas apenas trabalhando (36,1%) e apenas estudando (29,3%) também superou o de pessoas de cor preta ou parda, 34,2% e 28,1% respectivamente. Consequentemente o percentual de pessoas pretas ou pardas que não trabalhavam nem investiam em educação foi 7,3 p.p. maior que das pessoas brancas.

A análise por grupos de idade mostra algumas especificidades quanto a idade, porém uma similaridade em relação a 2017. Entre as pessoas mais novas, de 15 a 17 anos de idade, que ainda estavam em idade escolar obrigatória, 78,9% se dedicavam exclusivamente ao estudo, e 10,7% estudavam e trabalhavam, ambas as categorias tiveram um ligeiro aumento frente a 2017. No grupo intermediário, das pessoas de 18 a 24 anos, a maior parte, 34,2%, apenas trabalhava, e 27,7% não trabalhava, nem estudava ou se qualificava. Essa foi a faixa etária que apresentou o maior percentual de pessoas nessa categoria. Já no grupo mais velho, das pessoas de 25 a 29 anos, aumenta-se a relação com o mercado de trabalho, visto que 57,3% dessas pessoas estavam apenas ocupadas e 11,5% estavam ocupadas e investindo em educação. No entanto, entre as pessoas de 25 a 29 anos, 25,7% não estavam ocupadas nem estudando ou se qualificando, percentual alto para uma juventude de uma geração mais escolarizada, porém em um momento econômico não favorável.

É importante ressaltar que elevar a instrução e a qualificação dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do País. Além disso, especialmente em um contexto econômico desfavorável, elevar a escolaridade dos jovens e ampliar sua qualificação pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, reduzir empregos de baixa qualidade e a alta rotatividade. ■

### Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por condição de estudo e situação na ocupação (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada. (2) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

#### Expediente

**Elaboração do texto**  
Diretoria de Pesquisas,  
Coordenação de Trabalho e Rendimento

**Normalização textual**  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Documentação

#### Projeto gráfico

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

**Imagens fotográficas**  
UnB Agência Pixabay

**Impressão**  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil, procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181



(21) 97385-8655



#### Links



Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa/estudo

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=24772>